



## **AS RAÍZES NEOLIBERAIS DO IDENTITARISMO**

### **A GESTÃO FRAGMENTADA DO DIREITO NA ERA DA CULTURA *WOKE***

Gabriella Nathália de Oliveira Bettim

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Akamine Jr.

Resumo: O presente trabalho analisa o desenvolvimento das correntes identitárias e sua contrarreação conservadora a partir dos moldes neoliberais. Analisam-se as bases históricas desde a queda do Estado de bem-estar social até a ascensão do neoliberalismo nos anos 70, que representou o sucateamento de políticas públicas e a precarização da mão de obra em decorrência da ascensão das máquinas para aumentar a produtividade. Observa-se que é uma racionalidade que induz o indivíduo à internalização da demanda de produtividade e excelência, devido ao medo ocasionado pela falta de garantias sociais e de perspectiva de futuro. Há uma constante precarização do trabalho e a ascensão do direito privado em detrimento dos direitos coletivos, fatores que propiciam um ambiente competitivo entre os sujeitos. Sob esse viés, surgem grupos de identidades em busca de mais amparo estatal, vistos como inimigos da “unidade ideal do povo”. A “cultura woke” surge como uma palavra vazia de significado e usada para desqualificar políticas de igualdade, representando o declínio dos valores ocidentais. Por fim, conclui-se evidenciando a influência das plataformas digitais na fragmentação da população e na disseminação de conteúdos conservadores.

Palavras-chave: Neoliberalismo, identitarismo, fragmentação, cultura *woke*.

Abstract: The present work analyzes the development of identity-based movements and their conservative counter-reaction from neoliberal molds. Historical bases are examined from the fall of the State of social well-being to the ascension of neoliberalism in the 70s, representing the scrapping of public policies and the precarization of labor due to machines that increased productivity. This resulted in the current material panorama. It is observed that this rationality induces individuals to internalize the demand for productivity and excellence, driven by fear from the lack of social guarantees and future perspectives. There is a constant precarization of labor and the rise of private rights over collective rights, creating a competitive environment among individuals. Under this competitiveness and lack of public policies, identity groups seek more state support, often seen as enemies of the "ideal unit of the people." The term "woke culture" emerges as a word devoid of meaning, used to disqualify any equality policy and representing the decline of values and corruption of society. The dissidents of society are stigmatized as threats to the remaining guarantees of the deemed worthy. Finally, the influence of digital platforms is highlighted in the fragmentation of the population and dissemination of conservative content.

Keywords: Neoliberalism, identity-based, fragmentation, woke culture.

## Introdução

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela consolidação do Estado de bem-estar social, no qual o desenvolvimento tecnológico e as políticas públicas buscavam garantir uma democratização do consumo e a proteção social. Contudo, a crise econômica da década de 70 e o esgotamento desse modelo abriram caminho para a ascensão do neoliberalismo, representado por governos como os de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. O novo sistema não representou apenas uma mudança econômica, mas a instauração de uma racionalidade política que buscou dismantelar as proteções coletivas, sejam estas na ala dos direitos coletivos (como o direito do trabalho) ou na ala das políticas públicas, que garantiam a mínima segurança material.

Nesse cenário de precarização do trabalho e de dismantelamento das proteções coletivas, que significaram o declínio das instituições de solidariedade perpetuadas no conhecido Estado de bem-estar social, observa-se um processo de subjetivação singular. A lógica de mercado infiltrou-se na conduta humana, convertendo o cidadão em um "empreendedor de si mesmo", compelido a agir de forma mais eficiente e produtiva. Nesse contexto de competitividade, surgem as chamadas pautas identitárias. Embora frequentemente percebidas por alas conservadoras como uma ameaça aos bons costumes e à hegemonia, estas dinâmicas representam uma relação com a fragmentação social promovida pelo neoliberalismo, que substitui a luta de classes e a união coletiva pela disputa individualizada por reconhecimento e espaços de consumo.

Com isso, a problemática analisada reside na forma como o sistema neoliberal gere e absorve as demandas por justiça social. Ao invés de resolver as desigualdades estruturais, há uma gestão fragmentada do direito, na qual as identidades são reduzidas a nichos de mercado e a representatividade jurídica, esvaziando o potencial político de transformação real. O fenômeno da "cultura woke", nesse sentido, torna-se um reflexo da despolitização, no qual corporações utilizam discursos de diversidade para gerar valor sem alterar as condições materiais de exploração, transferindo a responsabilidade da justiça social para a atitude individual e a "resiliência" dos sujeitos.

Nesse estudo, portanto, busca-se compreender de que maneira a racionalidade neoliberal molda as subjetividades para enfraquecer a solidariedade coletiva, transformando pautas legítimas em ferramentas de controle social e nichos de lucratividade, além de examinar o papel das plataformas digitais e do conservadorismo na manutenção da despolitização e na separação da população nas chamadas "bolhas digitais", que fragmentam ainda mais a coletividade.

### 1. O declínio do Estado de bem-estar social e a ascensão do neoliberalismo

Após o término da 2ª guerra mundial, o mundo pôde acompanhar a ascensão do chamado "Estado de bem-estar social", conhecido por muitos autores como "os 30 anos gloriosos do capitalismo". Hobsbawm (1995, p. 259) observa que houve um *boom* de produção devido ao modelo

fordista e a disseminação de produtos, antes restritos a minorias da população, a mercados massificados, além da aplicação de políticas públicas para garantir o bem-estar social nos países centrais do capitalismo. Com isso, a vida confortável que outrora parecia pouco acessível à maior parcela da população passou a não ser distante do alcance do cidadão médio.

Hobsbawm (1995, p. 287) destaca, também, o desenvolvimento acelerado da tecnologia. A Revolução Verde ampliou a produção de alimentos e muitos aparelhos inéditos foram desenvolvidos (como as televisões, rádios e eletrodomésticos em geral) com uma ampla acessibilidade aos cidadãos. O autor considera que “a era de ouro democratizou o mercado” (Hobsbawm, 1995, p. 264)

Entretanto, é essencial analisar o contexto histórico que estimulou o surgimento do chamado Estado de bem-estar social: o embate ideológico entre o capitalismo e o projeto socialista, além da produção desenfreada para movimentar a economia dos países norteadores do capitalismo por meio do consumo em massa disseminado aos países considerados de “terceiro mundo”. A guerra fria foi um grande estímulo para que o capitalismo buscasse desenvolver um caráter assistencialista do Estado, o qual perdurou por três décadas. As influências globais do capitalismo e do socialismo eram, respectivamente, Estados Unidos e União Soviética. Hobsbawm (1995, p. 270) observa que

Isso também se devia ao temor do comunismo. (...) Foi a Guerra Fria que os encorajou a adotar uma visão mais ampla, convencendo-os de que era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível. Chegou-se a argumentar que, dessa forma, a Guerra Fria foi o principal motor da grande prosperidade global (Walker, 1993). Isso é provavelmente um exagero, mas a gigantesca generosidade do Plano Marshall sem dúvida ajudou a modernizar os países que queriam usá-la para esse fim — como fizeram sistematicamente a França e a Áustria —, e a ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação da Alemanha Ocidental e do Japão.

Fagiani e Previtali (2017, p. 72) analisam que, para equilibrar o acelerado desenvolvimento tecnológico e evitar crises do capital em meio a uma guerra ideológica, o Estado de bem-estar social se posicionou como “regulador da relação entre capital e trabalho” inicialmente pelo reconhecimento dos sindicatos como representantes legítimos dos trabalhadores, atendendo, deste modo, uma série de reivindicações trabalhistas. Com isso, o viés revolucionário caía em declínio devido a um “compromisso de classes” intermediado e regulado pelo Estado.

O declínio da União Soviética a partir da década de 80 ratificou o triunfo permanente do capitalismo e da democracia liberal (Hobsbawm, 1995). Entretanto o alto gasto das políticas públicas e o esgotamento da ocupação de novos territórios e mercados, além da saturação da capacidade de consumo naquela escala e intensidade (Paniago, 2015, p. 3) abriram espaço para o neoliberalismo, que era debatido já na década de 60 pelos seus principais ideólogos após o início da contradição entre a superprodução ocasionada pela tecnologia e à falta de mão de obra

Novas contradições se recolocam, pois uma vez que se buscou o aumento da produtividade por meio do uso mais intenso da tecnologia, o efeito imediato foi a redução da demanda por

força de trabalho. Ao mesmo tempo em que há um aumento da produção ocorre a eliminação dos potenciais consumidores e um excesso de capitais acumulados, tendo como efeito a crise de superprodução. (Mészáros, 2002, *apud* Paniago, 2015, p. 3)

A decadência da estabilidade econômica nos países centrais começou durante a chamada "Era de Ouro", impulsionada por uma transnacionalização que progressivamente escapou ao controle estatal. Conforme Hobsbawm (1995, p. 272), a partir da década de 1960, a economia mundial presenciou o surgimento de um complexo sistema financeiro *offshore* e a proliferação dos eurodólares, mecanismos que permitiram a grandes corporações e detentores de capital contornar as regulações nacionais e evitar tributos ao registrar sedes em paraísos fiscais. Essa fuga de capitais criou um cenário onde "enxurradas de capital solto" varriam o globo em busca de lucros rápidos, minando a capacidade dos governos — inclusive dos países centrais do capitalismo, como os Estados Unidos — de controlar suas taxas de câmbio e o volume de dinheiro em circulação, tornando as políticas liberais tradicionais ineficazes diante de um mercado global desregulado (Hobsbawm, 1995, p. 273).

Esse descontrole estrutural foi agravado pelo "superaquecimento" da economia global no início da década de 1970, que já apresentava sinais de inflação acelerada antes mesmo do choque externo. Embora a crise do petróleo de 1973, desencadeada pela OPEP, seja frequentemente apontada como o marco do colapso, Hobsbawm (1995, p. 281) argumenta que ela foi apenas o golpe final em um sistema que já estava instável. O fim da conversibilidade do dólar (por consequência, da estabilidade cambial, que ocasionou o aumento da inflação) e o aumento dos custos de energia expuseram a fragilidade do arranjo econômico do pós-guerra, lançando o mundo em décadas de incerteza onde a ação conjunta dos grandes bancos centrais se revelava impotente diante da nova dinâmica de mercado (Hobsbawm, 1995, p. 273).

Como resposta a esse cenário de ingovernabilidade e ao fracasso aparente das políticas de consenso social-democrata, houve uma guinada política radical nos países centrais. A crise abriu caminho para a ascensão de governos da direita ideológica, exemplificados por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que abandonaram as estratégias de bem-estar social em favor de um *laissez-faire* extremo e de um egoísmo comercial agressivo (Hobsbawm, 1995, p. 245). Essa transição marcou não apenas o fim dos "Anos Dourados", mas a institucionalização de um capitalismo financeiro predador, o qual foge da regulamentação estatal, se firma em uma especulação descontrolada e almeja lucros rápidos. Nesse sentido, os Estados nacionais já não conseguiam mais disciplinar o avanço do neoliberalismo por meio de suas leis nacionais, ainda mais que eram pressionados a adotar a política econômica neoliberal de mercado — como exemplo o Consenso de Washington, que estabelecia a política de austeridade especialmente apoiada nas privatizações, abertura comercial e flexibilização das normas trabalhistas. Em caso de discordância, o país estava sujeito a sanções financeiras do FMI.

Apoiando-se nos principais teóricos do neoliberalismo, Margaret Thatcher, a chamada “dama de ferro” disseminou amplamente o conceito de “destrucionismo”, que recai sobre o encadeamento perverso de ingerências do Estado que levam ao totalitarismo e à regressão econômica (Dardot e Laval, 2016, p. 134). Nessa virada das condições materiais, Thatcher proclamava que “não existe sociedade, apenas indivíduos” (Keay, 1987, *apud* Margaret Thatcher Foundation, *s. d.*), condensando a lógica de responsabilização individual em meio ao ataque às instituições sociais. A crise econômica (a do petróleo como pontapé inicial), o desemprego em massa devido à substituição da mão de obra por máquinas, a inflação e a falta de perspectivas futuras de estabilidade significaram o desmantelamento do Estado de bem-estar social. Para os defensores dessa nova ideologia, a austeridade se torna necessária para a progressão econômica, sobrepondo-se ao bem-estar social em busca da maximização dos lucros.

Um traço característico dessa racionalidade é sua capacidade de se renovar a partir das crises. Como analisa Andrade (2019), momentos de recessão ou estagnação econômica, longe de fragilizar o modelo, frequentemente funcionam como catalisadores para reformas estruturais ainda mais profundas. A experiência de países europeus e da América do Norte nas décadas de 1980 e 1990 mostrou como o desemprego, os déficits fiscais e a estagnação econômica abriram caminho para políticas de flexibilização do trabalho, privatizações e cortes de gastos públicos.

Esse padrão se repetiu em 2008. Segundo Andrade, 2019, p. 115:

A crise financeira de 2008, que teve início nos Estados Unidos e depois atingiu a economia real, estendendo-se para a Europa e os países emergentes, desencadeou uma onda de políticas de austeridade com graves consequências humanas. Seus efeitos foram falências, desemprego (atingindo dramaticamente os jovens), redução de salários, precarização do trabalho, endividamento público e privado, desmonte de serviços públicos, aumento da desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social.

Os economistas austro-americanos nomearam o processo contrário ao “destrucionismo” de “construcionismo”, o qual possui como agente principal o empreendedor. A máquina econômica depende do empreendedorismo e tende ao equilíbrio quando não é perturbada por moralismos ou intervenções políticas e sociais destruidoras (Dardot e Laval, 2016). Para isso, a construção do “sujeito empresarial” é de extrema importância para a manutenção da lógica neoliberal.

Além de se reproduzir nas crises, o neoliberalismo também deve ser compreendido como uma forma de autogoverno dos homens. Inspirando-se em Foucault (2008), Andrade (2019, p. 112) observa que governar não é apenas impor de fora para dentro, mas “guiar os homens, dirigir as suas condutas, constranger suas ações e suas reações”. Não se trata apenas da instituição governo, mas de uma racionalidade que se exerce sobre as condutas individuais que visam a produtividade e, sobretudo, o controle integral exercido pelo próprio sujeito como apontado por Foucault (2014, p. 134)

À escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica — movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo.

Dardot e Laval (2016) acrescentam que essa racionalidade não apenas disciplina de fora para dentro, mas promove formas de autogoverno, levando os indivíduos a se conformarem espontaneamente às normas de eficiência e produtividade, além de desejarem agir desta forma. Dardot e Laval (2016, p. 135) analisam que, para atingir a máxima da produtividade, os sujeitos adotam condutas para “superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro”, gerando um ambiente de rivalidade e competitividade.

Desse modo, a atuação negativa do Estado — no sentido da ausência de instituições sociais para garantir o conforto mínimo — se torna essencial para a criação de “empreendedores criativos”, uma vez que os indivíduos agirão pela sobrevivência. Nesse sentido, há o conceito de subjetivismo essencialmente presente no neoliberalismo, no qual o mercado possui papel fundamental para criar condições materiais de falta para que o indivíduo se conduza a fim de conseguir a maximização da sua produtividade (Dardot e Laval, 2016, p. 339). Com isso, o neoliberalismo aparece não apenas como política econômica, mas como racionalidade política que molda subjetividades e redefine a própria função do governo, que deixa de ter caráter assistencialista e passa a ter como finalidade a criação de condições de escassez para a proliferação do empreendedorismo.

## 2. O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO

### 2.1 Subjetivação e precarização do trabalho

O processo de subjetivação está intimamente ligado à precarização estrutural do trabalho. A corrosão dos direitos sociais, a disseminação de empregos temporários e flexíveis, a redução do poder de compra e o aumento da insegurança criam as bases materiais que aprofundam a dependência do trabalhador em relação ao empregador (Dardot e Laval, 2016, p. 329).

Com isso, é evidente que a racionalidade neoliberal não atua apenas no campo econômico, mas também na produção de subjetividades, ou seja, afeta a forma com a qual somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (Dardot e Laval, 2016, p. 16), sendo essa marcada pela sobreposição do individualismo à coletividade.

Dardot e Laval (2016, p. 323) observam que Marx já havia indicado que a mercantilização dissolve vínculos sociais e transforma o contrato em medida universal das relações humanas, emancipando o indivíduo de tradições e raízes, mas submetendo-o às condições de mercado. O neoliberalismo pode ser visto como uma nova racionalidade política, cujo alcance e implicações vão muito além da política econômica e do fortalecimento do capital (Foucault, 2004, *apud* Brown, 2019,

p. 30), intervindo na forma com a qual o indivíduo se comporta para estar apto a competir — ideia que será explicada adiante.

Hobsbawm (1995) observa que a crise da consciência coletiva se instaurou especialmente após as revoluções tecnológicas, sendo acentuada com o declínio das políticas de bem-estar social. Dessa forma, com a falta de empregos em detrimento das máquinas, houve a disseminação da precarização do trabalho unida ao estímulo da competitividade, o que criou um ambiente de instabilidade material — no qual não há nenhuma garantia, outrora presente no estado de bem-estar social.

O medo no sistema neoliberal não passa a ser um simples efeito colateral, mas sim uma forma de gestão para aumentar a produtividade. Antunes (2015) destaca o medo constante do trabalhador ser demitido, o que o leva a atingir maiores níveis de produtividade. Ao destruir o conceito de coletividade — explicado mais adiante —, a responsabilidade de lidar com as crises que pairam a sociedade (como a ambiental e a econômica) recaem sobre o indivíduo, uma vez que não há mais proteção social. Expostos a essa constante flutuação do mercado, os sujeitos assumem os riscos dessas e as empresas passam a exigir mais produtividade e comprometimento do trabalhador (Dardot e Laval, 2016, p. 329).

Nesse contexto, Dardot e Laval (2016, p. 325) destacam a existência de um dispositivo de eficácia para intensificar os esforços e os resultados e minimizar os gastos inúteis: uma estratégia de normatização que fabrica “homens úteis, dóceis ao trabalho e dispostos ao consumo”, o sujeito que, em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade. A normatização, portanto, trata-se de uma racionalidade que induz o indivíduo ao autogoverno, isto é, à internalização da demanda de produtividade. Isso significa que o sujeito se conforma espontaneamente a normas de eficiência e produtividade devido, especialmente, ao medo da instabilidade material tão presente no neoliberalismo e amplificada pela concorrência generalizada e à maximização da felicidade mesmo nesses termos que se impõem.

Nesse quesito, o indivíduo passa a suportar condições de trabalho cada vez mais precárias, uma vez que o tempo todo estão dispostos às flutuações de mercado e a incerteza do futuro, como se demonstra pela crise no sistema previdenciário. A gestão passa a ser apenas do presente, já que não há perspectivas de futuro. Dardot e Laval (2016, p. 329) analisam que a novidade na neogestão é que os sujeitos, além de suportarem as novas condições impostas pelo medo, passam a torná-las mais duras pelo seu próprio comportamento de autocobrança de produtividade e falta de reflexão política.

Brown (2019, p. 31), inspirando-se em Foucault (2008), observa que a lógica de mercado afeta as instituições e as relações sociais:

Esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo economicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo)

Assim, o “sujeito produtivo” não se converte voluntariamente ao mercado apenas pelo atrativo do lucro; ele é educado, treinado e disciplinado para viver sua vida inteira sob a lógica da performance e, não mais apenas da utilidade, mas como responsável por reproduzir o capital como se este fizesse parte da sua “essência”. Essa lógica é disseminada pelas instituições sociais desde o início da vida (Estado, família, escola...). Com isso, o sujeito passa a se identificar como uma empresa, de modo a estar sempre disposto a adotar meios de aumentar sua eficiência em relação aos demais impulsionado pelo medo da instabilidade econômica.

Esse modelo só se sustenta porque o trabalhador é induzido ao autogoverno: internaliza como seus próprios desejos os imperativos da empresa, buscando incessantemente eficiência, inovação e flexibilidade. A racionalidade neoliberal, como sintetizam Dardot e Laval (2009, p. 13-15, *apud* Andrade, 2019, p. 113), não apenas disciplina, mas incita cada indivíduo a governar-se a si mesmo de acordo com os objetivos imediatos do mercado.

## 2.2 O processo de subjetivação atrelado à moralidade neoliberal

Como explicado no tópico anterior, o neoliberalismo produz um ambiente em que os sujeitos estão sempre correndo riscos ligados à sua própria sobrevivência — sejam esses de perder o emprego, não ter onde morar ou de não ter o que comer — que moldam a forma como o sujeito se projeta na sociedade a fim de buscar a maior eficiência possível. Dardot e Laval (2016, p. 333) observam que há sempre a busca incessante pela maximização das capacidades do indivíduo:

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos.

Essas formas de maximização dos resultados são exponenciadas por técnicas que ensinam a “cultura de si mesmo” aos indivíduos, como a ampla disseminação das técnicas de *coaching*. Dardot e Laval (2016, p. 339) analisam que essas técnicas visam a um melhor “domínio de si mesmo”, das emoções, do estresse, das relações com clientes ou colaboradores, chefes ou subordinados. Todos têm como objetivo fortalecer o eu, adaptá-lo melhor à realidade, torná-lo mais operacional em situações difíceis, buscando, em especial, aumentar sua eficiência em relação aos outros. Nesse sentido, Hayek e Von Mises consideram que o indivíduo deve adotar uma “conduta de atenção ao processo de descoberta da informação pertinente para superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro” (Dardot e Laval, 2016, p. 135).

No neoliberalismo, o ideal de subjetividade é o sujeito unitário, totalmente envolvido na fusão entre vida pessoal e vida profissional. Como apontam Dardot e Laval (2016, p. 327), trata-se de fazer

com que “o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo”. O discurso da cultura de empresa promove a ideia de realização pessoal através da produtividade, eliminando a distância entre indivíduo e corporação e fundindo o ideal de lucratividade e produtividade das empresas à forma de agir dos indivíduos.

Além de tudo, destaca-se a guerra moral que se instaura no modelo neoliberal. Nela, há a avaliação de termos materiais no campo psicossocial. Safatle (2021, p. 15) analisa que valores morais eram mobilizados para justificar a racionalidade de processos de intervenção social e econômica, como o avanço da austeridade e a queda do estado-providência. Assim, nessa mobilização, o Estado apareceria como criador de dependência. Se o Estado dá amparo social, ele cria "dependentes", destrói a iniciativa individual e bonifica a preguiça. Portanto, retirar direitos (austeridade) é uma atitude moralmente correta para restaurar a “dignidade” do trabalho e da responsabilidade pessoal. Outro exemplo disso é o debate relacionado à taxação dos milionários, no qual o valor moral mobilizado é a inveja dos perdedores contra o mérito dos vencedores. Com isso, o indivíduo que vai contra essa racionalidade é visto como imoral e que não esforçado o suficiente, uma vez que necessita do auxílio do Estado para a manutenção da sua própria sobrevivência.

Com isso, denota-se a construção um caráter de manipulação moral que apoia as mudanças trazidas por essa gestão de controle do indivíduo, que reduz a contestação política. Esse controle moral do indivíduo foi sintetizado em poucas linhas por Margareth Thatcher: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma” (Butt, 1981, *apud* Margaret Thatcher Foundation, *s.d.*). Safatle (2021, p. 21) considera que o neoliberalismo intervém diretamente na estrutura psíquica dos sujeitos para abrir alas ao empreendedorismo e à livre-iniciativa por meio da despolitização da sociedade, o que representa uma pacificação em meio da grande exigência de produtividade dos indivíduos utilizando alicerces valorativos.

Não somente isso, há o desmantelamento das lutas coletivas por meio do discurso, que incentiva o individualismo e aliena o sentido político das injustiças, que se tornam responsabilidade de um contra outro, e não contra todos. Antunes (2018) destaca a ressignificação do autêntico conteúdo das palavras adotadas na forma de trabalho estimulada no sistema neoliberal, adulterando termos e evitando a revolta política da classe trabalhadora.

Como essa lógica que estamos descrevendo é fortemente destrutiva em relação ao mundo do trabalho, a contrapartida esparramada pelo ideário empresarial tem de ser amenizada e humanizada. É por isso que o novo dicionário “corporativo” ressignifica o autêntico conteúdo das palavras, adulterando-as e tornando-as corriqueiras no dialeto empresarial: “colaboradores”, “parceiros”, “sinergia”, “resiliência”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade”, “metas”. (Antunes, 2018, p. 44)

A adoção do “empreendedorismo” também serve como disfarce para o trabalho extremamente precarizado. O sofrimento deixa de refletir um sintoma coletivo (injustiças ou exploração) e passa a ser visto como um fracasso individual. Safatle (2021, p. 19) entende que

Um discurso construído como “ofensivo” visa produzir um sujeito que reagirá como “ofendido”. A fala ofensiva é astuta. Ela procura, inicialmente, quebrar uma espécie de solidariedade genérica diante de uma injustiça feita não apenas contra um, mas contra todos ou, antes, contra todos através de um. A fala ofensiva visa quebrar a emergência da reação de “todos”, pois ela singulariza, ela ofende um, ela escarnece um. Não falamos: “Você ofendeu a sociedade brasileira em mim”. Antes, dizemos: “Você me ofendeu”. O problema parece algo entre “você” e “ela/e”. O problema não parece mais político, mas de respeito à integridade psicológica.

Dessa forma, há a construção de identidades, uma vez que se perde a coletividade de vista pelo desmantelamento de formas coletivas como sindicatos e a luta de classes em si. O sujeito é convocado a ser um “empresário de si”, o que quebra a solidariedade, pois o outro passa a ser visto como concorrente ou ameaça, não como parceiro de uma luta comum contra a exploração a qual todos estão submetidos. Assim, há o comum aparecimento de patologias psíquicas como depressão e ansiedade. Dunker (2021, p. 193) avalia que “a depressão herda assim a figura social do fracassado, do inadequado, daquele que não consegue se ajustar a normas e regras”, de forma a individualizar o fracasso. Com isso, o mal-estar social, causado pela exploração, é transformado em um problema individual (adoecimento psíquico, que é muitas vezes visto como fraqueza, ou falta de performance).

### **3. A INDIVIDUALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO IDENTITARISMO**

#### *3.1. A individualização de direitos*

No estado de bem-estar social, os direitos eram vistos como, principalmente, coletivos. Supiot (2014, p. 28) analisa que os direitos visavam ao amparo social (como direito ao repouso e melhoria na relação contratual de trabalho), sendo construídos coletivamente e sem a divergência entre identidades. Além disso, o autor considera que houve o rompimento da solidariedade existente no estado de bem-estar social, a qual estimulava o pensamento no interesse coletivo:

O apropriado para a solidariedade, no sentido que ela adquiriu em Direito Social, é instituir no centro de uma coletividade humana um pote comum, no qual cada um deve depositar de acordo com suas capacidades e, depois, esvaziar, de acordo com suas necessidades. A obrigação de contribuir à proteção de todos, que ela faz pesar sobre cada um, depende certamente dos deveres do homem, implícita ou explicitamente reconhecidos pelas declarações dos direitos fundamentais.

Entretanto, com o declínio do estado de bem-estar social e o surgimento do neoliberalismo, observou-se uma expansiva individualização do direito, a qual surgiu como uma ferramenta para enfraquecer os direitos coletivos. Sem a devida proteção, seja esta legal ou propriamente material, o

trabalhador é obrigado a aceitar empregos precários, sem ter perspectiva de futuro ou planos de carreira para ter o mínimo de condições financeiras. Standing (2013) destaca que, devido a essa instabilidade e imprevisibilidade das condições de trabalho, há uma diferença entre a classe proletária e a nova classe, nomeada por ele de “precariado”. Para o autor, essa nova classe está sempre submetida à insegurança no vínculo empregatício e possui uma renda precária (Standing, 2013, p. 29). Além disso, como reflexo da individualização, há a fragmentação da própria classe trabalhadora, que passa a ser dividida em estratos, não sendo observada uma harmonia entre os grupos (Standing, 2013, p. 34). Assim, evidencia-se a passagem da classe de trabalhadores para o trabalhador individual, que se torna sua própria empresa e perde a proteção coletiva, além de tornar os demais trabalhadores concorrentes e não aliados. Com isso, há o enfraquecimento da luta coletiva pela desmobilização/despolitização acerca dos direitos sociais.

Com a individualização dos direitos, houve o surgimento do chamado identitarismo, que serve como um mecanismo de gestão e controle do neoliberalismo. Barros (2024) entende que as fragmentações do coletivo — as identidades — reduzem a identidade à representação jurídica, deixando de lado a luta política contra as desigualdades geradas pelo sistema econômico. Silva (2024, p.4) observa que os grupos minoritários tiveram pequenas conquistas jurídicas, especialmente no âmbito da educação, observadas principalmente na elaboração do PNE (Plano Nacional de Educação) e da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), conquistas estas que se tornaram alvos de represálias por parte de grupos conservadores.

Inseridos na lógica da concorrência e da falta de garantias sociais, os grupos identitários passam a concorrer entre si para usufruir de políticas públicas, com a observação de que alguns grupos são mais explorados e, como consequência, mais necessitados que outros. O Estado neoliberal passa a transformar as disputas políticas desses grupos em uma questão de mercado, assumindo um papel de “gestor” delas. Para Hayek, o Estado deve usar seu poder coercitivo para impedir qualquer interferência no mecanismo de preços e na concorrência. Isso exige um intervencionismo jurídico constante para dismantelar proteções sociais, que prejudicam a “ordem espontânea” do mercado (Dardot e Laval, 2016).

Dessa forma, o Estado assume um papel não de interventor da economia, mas assume a função de estabelecer de que forma a concorrência deve se dar. Barros (2024) entende que o Estado neoliberal não possui o interesse de combater as injustiças históricas e reproduzidas pelo sistema econômico, mas sim controlar a movimentação desses grupos para que os conflitos gerados pelas desigualdades sociais não atrapalhem o mercado, como analisado pelo autor:

A eficiência no atendimento aos casos particulares, o cadastro que define etnia e sexualidade e o algoritmo que encaminha os anseios são formas de organização do gerenciamento das identidades que, dia e noite, se empenham para evitar qualquer ação efetivamente política. (Barros, 2024, p. 155)

Com isso, a igualdade jurídica representa poucos ganhos para os grupos minoritários e opera de forma a desmobilizar a luta política pela exploração, pacificando esses grupos por essas “pequenas conquistas”, como a legalização do casamento gay, a criminalização do racismo etc. Não se trata de um viés negativo dessas conquistas, mas sim da análise de que não são propostas que demonstram uma efetiva solução para o problema da superexploração observada no sistema neoliberal, que é acentuada pela subjetivação — a qual faz com que o próprio indivíduo reproduza a cobrança de máxima produtividade e acentua as desigualdades —, uma vez que nem todos possuem as mesmas ferramentas para competir, apesar da igualdade formal. Esta última apenas garante que esses grupos tenham o mínimo para competir no mercado de trabalho.

Barros (2024) considera que o identitarismo reduz as identidades ao pertencimento representável na esfera jurídica, sendo o reconhecimento o lugar potencial de ser visto e ter voz na gestão. O identitarismo, portanto, não busca propriamente romper com as desigualdades ligadas ao sistema econômico, mas sim garantir que esses grupos recebam o estatuto jurídico necessário para se tornarem “empresas de si mesmas” e estejam aptas a competir, contribuindo de forma ou outra com a mão de obra para a produção do lucro.

### 3.2 *A ascensão do conservadorismo no sistema neoliberal e a criação de inimigos em comum*

Brown (2019, p. 39) reconhece que o desmantelamento da coletividade é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática que também legitima formas antidemocráticas de governabilidade. Nesse sentido, observa-se o ataque a políticas públicas que garantem a justiça social — como ataques à saúde, ao serviço social e à moradia — estão inseridas na política neoliberal de governabilidade. James Buchanan, da *Public Choice School*, afirmava que as escolas públicas geravam “democracia demais”, o que era visto de forma negativa pela escola neoliberal (Brown, 2019, p. 76).

Para os neoliberais, a sobreposição do direito coletivo ao individual é um ataque à ordem espontânea do mercado, uma vez que essa depende da liberdade individual dos sujeitos (a sobreposição do direito privado). Os teóricos fundadores do neoliberalismo consideram que, a partir do momento em que a crença na justiça social passa a guiar a ação política, há maior tendência ao totalitarismo (Dardot e Laval, 2016, p. 77). Assim, é necessário o esvaziamento da substância política das decisões coletivas, que passam a ser tratadas como meros imperativos técnicos e econômicos, subtraídos do debate público. Hayek já declarava: “Minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo” (Hayek, 1998, p. 175 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 184).

Com a finalidade de proteger as regras para o devido funcionamento do livre mercado (propriedade, contratos e o ambiente propício para a competição) das reivindicações das massas por justiça social ou redistribuição, é necessário constituir um Estado Forte para reprimir as

movimentações democráticas. Dardot *et al.* (2021, p. 90) analisam que os neoliberais consideram que a democracia ou a ditadura não tem valor em si mesmas; são apenas ferramentas para gerir o funcionamento ou não da economia livre, isto é, o uso dessas formas de governo pode ser necessário para a manutenção ou não do livre mercado. Com isso, é comum observar a ascensão de governos mais conservadores de tempos em tempos para gerenciar as crises que ameaçam o funcionamento da economia — especialmente as que reivindicam direitos coletivos em meio de uma crise econômica, que ameaçam a seguridade social em maiores proporções.

Em um panorama de devastação social — acentuado pelas crises econômicas — é comum a ascensão do conservadorismo para justificar as crises, uma vez que, como explicado, os problemas gerados pelo neoliberalismo não são vistos como tais devido à despolitização e à criação de sujeitos cada vez mais resistentes à realidade de exploração na qual se encontram. Nesse sentido, observam-se frequentes ataques a políticas contra a violência de gênero ou à promoção da equidade ou dos direitos reprodutivos (Cardoso e Hoeveler, 2022, p. 37), assim como ataques aos direitos LGBTQIAPN+.

Nesse sentido, é possível observar a aproximação dos discursos conservadores da ideologia neoliberal, uma vez que os valores defendidos por esse grupo dependem da existência do capitalismo. A moralização dos comportamentos aumenta a eficiência e a despolitização dos indivíduos, uma vez que estes passam a culpar a imoralidade que supostamente corrompe a sociedade pela falta de estabilidade econômica. Dardot e Laval (2016, p. 211) analisam o discurso neoliberal alinhado aos valores do conservadorismo de forma que

O "Estado de bem-estar" tem o efeito perverso de incitar os agentes econômicos a preferir o ócio ao trabalho. Essa argumentação, repetida até faltar, associa a segurança dada aos indivíduos à perda do senso de responsabilidade, ao abandono dos deveres familiares, à perda do gosto pelo esforço e do amor ao trabalho. Em uma palavra, a proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar.

O conservador George Gilder, no best-seller *Wealth and Poverty* (Gilder, 1981, p. 85-6 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 212), proclamava que

A fé no futuro e na providência constituem a base moral indispensável para a eficiência do capitalismo, pois somente essas crenças sustentam a paixão pelo trabalho e o espírito de empresa necessários para garantir o retorno econômico e superar os fracassos inevitáveis de um mundo incerto. [...]

O discurso moralista disseminado pelos conservadores, assim, contribui para a responsabilização individual dos sujeitos pelas mazelas causadas pelo capitalismo. Não suficiente, tornam os valores como pilares de segurança desses. Desse modo, o Estado não tem a necessidade de gerar segurança econômica para os indivíduos, uma vez que basta ter um bom casamento, uma família boa e fé. A responsabilidade de segurança se desloca, portanto, para os conceitos morais e as crises econômicas passam a ser crises dos valores morais, não ocasionadas pelo sistema econômico.

Além disso, em meio ao medo social e à falta de perspectiva de futuro, é fácil com que os “sobreviventes” se apeguem a conceitos idealizados sobre o que é ser “forte”, já que a estabilidade material se encontra fora de vista. Barros (2024, p. 192) avalia que os indivíduos passam a “construir ‘comunidades imaginárias’ para restituir os valores perdidos da masculinidade, do sagrado feminino, da família coesa, da autoridade patriarcal e da heteronormatividade”. Assim, a quebra da segurança pública e econômica leva à formação de uma comunidade moralista dos “homens de bem”, que vêem a justiça social como uma ameaça aos seus esforços individuais e ignoram as causas econômicas intrínsecas às crises que se apresentam.

Com essa onda de conservadorismo, há a criação de “inimigos em comum”. Dardot *et al.* (2021) analisam o deslocamento da oposição política no campo moral a partir da guerra de valores, que assume uma posição de substituição do enfrentamento coletivo e como forma de escape para as vítimas do sistema neoliberal. Os autores analisam o embate de valores entre a década de 60 e 70, que demonstraram avanços consideráveis nas políticas de concepção, divórcio e pautas relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+.

Entretanto com o avanço das lutas desses grupos, houve uma contrarrevolução reacionária. O governo de Margaret Thatcher representou uma barreira aos avanços das conquistas desses grupos, além de servir como modelo para demais governos reacionários, uma vez que estas representavam um ataque aos valores patriarcais e de “costume”. A revolta moral focou especialmente nos direitos das mulheres, no quesito da liberdade sexual e da concepção e atacou o casamento homoafetivo.

Dardot *et al.* (2021, p. 211) avaliam que a valorização da família é um dos aspectos do ataque à igualdade, uma vez que considera o “investimento privado e familiar na educação dos filhos como uma alternativa ao investimento público”. Com isso, há a substituição da política de redistribuição presente no Estado de bem-estar social pela responsabilidade privada, visto que os pais se tornam “investidores” que devem aplicar recursos (tempo, dinheiro, cuidados) na educação dos filhos para que estes sejam competitivos no mercado futuro. Essa lógica, portanto, legitima e reproduz a desigualdade, já que famílias mais abastadas têm mais recursos para investir em seus filhos. Assim, a busca por valores tradicionais deixa de ser meramente moral e se torna uma estratégia econômica.

Dardot *et al.* (2021, p. 213) analisam que a liberdade, interpretada pela direita reacionária, “deixa de ser um conjunto de garantias contra a opressão individual e coletiva, mas o direito de afirmar um conjunto de valores tradicionais e autoproclamados como equivalentes à ‘civilização’”. Assim, há a construção de um grupo idealizado que é legítimo de direitos e garantias, representante da nação, enquanto outro apresenta uma ameaça a ser combatida — desvirtuados e que representam uma ameaça econômica e à identidade nacional, como a acusação feita pelos reacionários de roubo de empregos pelos imigrantes em países europeus. Os autores também analisam que, com essa

construção do “povo verdadeiro”, o Estado passa a ter força para tomar decisões de forma a reprimir as minorias que não façam parte dele para manter a homogeneização do grupo ideal.

O papel da esquerda neoliberal também deve ser analisado. Dardot *et al.* (2021) consideram que a esquerda nomeada “progressista”, que começou a assumir governos a partir da década de 80, adotou medidas neoliberais (como a privatização e globalização pela desregulamentação dos mercados financeiros) assim como a direita havia adotado, não representando uma ruptura com esse sistema. Com isso, a propagação desse modelo que exalta a concorrência e dissemina desigualdades sociais permaneceu, mesmo que sob outras vestes. Dardot *et al.* (2021, p. 218) destacam que a esquerda neoliberal, ao invés de utilizar a nomenclatura “civilizados e bárbaros”, passou a utilizar a oposição entre “modernos e retrógrados”, deixando de apontar para a desigualdade econômica e mantendo a divisão da população.

Além disso, havia uma certa seleção para a população defendida pelo progressivismo. Dardot *et al.* (2021) destacam que essa fração buscou, em especial, indivíduos da classe média e alta, com boa escolaridade e mais jovens, estratificando, assim, o proletariado e abandonando as suas classes mais pobres.

Dessa forma, houve a divisão da classe trabalhadora. Nos estratos da direita reacionária, a parte da população que acredita encontrar uma solução nos valores morais do patriarcado e da família a fim de mitigar a frustração decorrente das crises econômicas e da extrema concorrência, a qual estes acreditam ser ocasionada pelas minorias que fogem do ideário de “cidadão comum e moral” e desviam a atenção de que estas são características próprias do sistema neoliberal. Dardot *et al.* (2021, p. 224) avaliam que o resgate dos valores tradicionais foi capaz de fazer com que as classes populares se virassem contra a maior parte das conquistas das lutas coletivas do trabalho, como os direitos trabalhistas e os sindicatos, tendo em vista, por exemplo, o avanço da “pejotização” (forma de contratação na qual o trabalhador segue um formato de trabalho regido pela CLT, mas sem as garantias trabalhistas) pela ideia amplamente disseminada do empreendedorismo.

Dardot *et al.* (2021, p. 224) observam que essa estratégia fez com que essas camadas da população nutrissem ódio pelas minorias, uma vez que estas representavam uma ameaça às suas vantagens. Assim, há a divisão do povo em identidades irreconciliáveis, jogando certas categorias da população contra outras. Nesse sentido, Brown (2019, p. 13) destaca que “o novo populismo de extrema direita sangrou diretamente da ferida do privilégio destronado que a branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém”.

#### 4. A “CULTURA WOKE” COMO REFLEXO DA DESPOLITIZAÇÃO

##### 4.1 O surgimento da “cultura woke” e suas problemáticas

A palavra “woke” foi, a princípio, utilizada na década de 60 pelo movimento negro. A frase “If you’re woke, you dig it”, popularizada por Willian Melvin Kelley — escritor e contista afro-americano —, de forma breve, indica estar consciente da influência da cultura negra, do racismo e suas consequências (Cammaerts, 2022, p. 734). Entretanto, com o tempo e com a ampla disseminação de conteúdos pelas plataformas digitais, a palavra se tornou um termo guarda-chuva para as lutas identitárias, esvaziando-se de significado próprio e tornando todas as lutas sociais em comunidades que ameaçam os valores sociais, o que significa a decadência da sociedade e a destruição dos valores ocidentais ligados à masculinidade, ao patriarcado e aos bons costumes. Laval (2022, p.4) indica que o termo “wokismo” é utilizado como uma palavra de guerra ideológica, sem conteúdo preciso, para amalgamar e estigmatizar qualquer movimento por igualdade (feminismo, antirracismo, contra a homofobia...). Com isso, a palavra “woke” foi deslocada de seu sentido original (consciência da injustiça) para se tornar um significante vazio usado para desqualificar qualquer política de igualdade.

Laval (2022, p. 4) analisa que o chamado *wokismo* representa um inimigo imaginário que causa pânico moral com o avanço de algumas pautas democráticas, como o “Black Lives Matter”, criado em 2013 e impulsionado em 2020 em decorrência do assassinato de George Floyd. Esses movimentos entram em choque com o conservadorismo impulsionado pelo sistema neoliberal, uma vez que possuem uma crítica sistemática à destruição dos serviços públicos, exigindo maior proteção jurídica e amparo social. Dessa forma, esses movimentos representam um rompimento da igualdade jurídica, afetando os ideais de meritocracia e representando, também, uma ruptura decolonial. Assim, a igualdade apenas jurídica demonstra-se cada vez mais insuficiente para sanar as represálias históricas que esses grupos enfrentam.

No discurso da direita conservadora, há a preocupação de manter a hegemonia, ou seja, tornar seus valores naquilo que a maioria considera senso comum e, assim, torná-los incontestáveis (Cammaerts, 2022, p. 731). Para isso, uma das estratégias adotadas é estigmatizar indivíduos e grupos sociais alvos pela construção de diferenças definidas, sendo esta uma produção estratégica de pânico morais frequentemente direcionada para a construção de um imaginário de crise, que contribui para a produção de políticas discriminatórias (Krzyżanowski, 2020, *apud* Cammaerts, 2022, p. 732) e para a delimitação simbólica entre o grupo hegemônico e o grupo contra-hegemônico, que aparece como um inimigo social a ser combatido.

Cammaerts (2022, p. 738) analisa outro aspecto importante do discurso da guerra cultural anti-woke, que é a vitimização por meio da denúncia da chamada “cultura do cancelamento” e, relacionado a isso, a utilização da liberdade de expressão como arma. O direito à liberdade de expressão é distorcido e as pautas que discutem as injustiças sociais são vistas como exageros, falta de “humor”

e desnecessárias. Essas questões são frequentemente refletidas em uma nostalgia reacionária de que "nos velhos tempos" era permitido ser abertamente racista ou sexista sem consequências, ou melhor, sem ser "cancelado", assim como esses discursos são tratados como meras "opiniões" ou "pontos de vista políticos" alternativos, tão válidos quanto quaisquer outros num debate democrático.

O direito à liberdade se torna, portanto, o direito de insultar e ser discriminatório sem sofrer as devidas sanções. Para além disso, a tentativa de reprimir quaisquer dessas atitudes é, contraditoriamente, vista como repressiva e antidemocrática. Dessa forma, há o movimento inverso de considerar as falas discriminatórias alvos de proteção legal e social enquanto os movimentos sociais são estigmatizados, sendo vistos como antidemocráticos e extremistas por ameaçarem a liberdade (Cammaerts, 2022, p. 737-740).

O *wokismo* passa a ser uma ameaça a unidade ideal do povo, aquela que é merecedora de direitos e garantias, representante da nação. Aqueles que lutam contra o racismo, à opressão de gênero, sexualidade e religiosa são vistos como grupos a serem combatidos em nome da harmonia social, visto que confrontam e questionam as opressões coloniais. A igualdade jurídica defendida se baseia, portanto, na desigualdade social histórica presenciada por muitos grupos marginalizados. Laval (2022, p. 6) analisa a contradição entre a exigência dessa igualdade meramente formal diante de discursos essencialmente desiguais, como "homens superiores às mulheres, brancos superiores aos negros, europeus superiores aos asiáticos (ou vice-versa), habitantes das zonas urbanas superiores aos das zonas rurais."

Entretanto, é comum ver grandes empresas ressaltando a diversidade em suas propagandas e postos de trabalho, o que, a primeiro momento, parece entrar em choque com o conservadorismo. Nesse sentido, é importante explorar o aspecto lucrativo das lutas identitárias englobadas na cultura *woke*. A captura dessas lutas por um viés de mercado busca vender produtos e individualizar soluções, não romper com estruturas de opressão. Gill e Kanai (2020, p. 2) observam que marcas como Nike ou Dove usam mensagens de empoderamento feminino ou antirracismo para criar valor de marca, sem alterar as condições materiais dos grupos marginalizados e esvaziando o viés político de ruptura que as lutas representam.

Talvez aspecto mais importante na mercantilização do combate empregado por esses grupos é que criam uma individualização da opressão, reformulando a injustiça social como problemas individuais de "autoestima" ou "falta de confiança", desresponsabilizando o sistema e exigindo que o indivíduo "trabalhe em si mesmo". Gill e Kanai (2020, p. 13) avaliam que

A aparentemente positiva propaganda 'Ame seu corpo' obriga as mulheres a assumirem mais trabalho e responsabilidade por sua própria autoestima, localizando dúvidas e inseguranças como questões individuais, em vez de produtos de um contexto cultural que desvaloriza sistematicamente as percepções, decisões e ideias das mulheres [...]. (tradução nossa)

Dessa forma, os autores identificam que o discurso corporativo atual enquadra a simples exibição de diferenças visíveis (cor da pele, tipos de corpo, expressões de gênero) como um ato político suficiente para solucionar a discriminação contra esses grupos, além de servir como estratégia para pacificá-los, uma vez que se torna uma questão estética e esvazia o sentido político e histórico dessas lutas. Além disso, esse discurso sugere que o problema da desigualdade é apenas uma questão de "quem não está sendo visto". Ao tornar certos corpos visíveis, as marcas mascaram o problema da exclusão, sem mexer nas estruturas que a gerou.

Gill e Kanai (2020, p. 15-16) analisam, também, a visibilidade que essas pautas passam a ter nas redes sociais. Os embaixadores de grupos marginalizados nomeados pelas marcas devem ser "inspiradores", "resilientes" e "gratos", nunca raivosos ou excessivamente críticos. A opressão é rearticulada como um obstáculo pessoal a ser superado com "trabalho sobre si mesmo" e atitude positiva. Além de lidar com a discriminação, o sujeito marginalizado deve trabalhar para fazer os outros se sentirem bem com a inclusão. Assim, a cidadania é exercida pela visibilidade e não pelo combate efetivo das causas estruturais da discriminação.

Portanto, tanto o trato conservador quanto o lucrativo buscam, de forma ou outra, inviabilizar e distorcer o combate contra a discriminação pautada por esses grupos. Seja por meio do pânico moral da chamada "cultura *woke*" — termo sem significado certo que indica um progressivismo exagerado que representa ataque grave à liberdade de expressão e aos bons costumes — ou pela lucratividade que essas pautas representam para as grandes marcas, que, além de se aproveitar dos públicos-alvos dos grupos em si, também lucram com a repercussão que esses temas possuem nos grupos conservadores, visto que representam a popularização do produto vendido por essas marcas pela disseminação de comentários nas redes, mesmo que odiosos.

#### 4.2 A despolitização promovida pelas plataformas digitais

A visibilidade se torna a solução para as desigualdades enfrentadas pelos grupos minoritários. Nesse processo, desconsideram-se as condições materiais de existência, deslocando o foco para ações estritamente individuais, como conseguir maior visibilidade para um grupo ou "cancelar alguém" pelas redes sociais. A questão central, no entanto, não é avaliar essas ações de forma propriamente negativa, mas é preciso questionar o alcance material limitado que elas possuem, visto que se oculta que as plataformas não são neutras e operam uma lógica de mercado que segrega classes sociais.

Os dados coletados nessas plataformas são agrupados em "bolhas" ou silos comportamentais para fins de marketing e controle, diminuindo ainda mais a coletividade e propiciando a divisão da população em grupos, uma vez que os usuários são agrupados com seus interesses cada vez mais específicos e homogêneos. O'Neil (2020, p. 166) analisa que os dados coletados não são mais tradicionais como "idade, gênero, patrimônio ou CEP", mas sim comportamentais, ou seja, os

indivíduos que se portam de maneira parecida são unidos ao mesmo tempo em que há a perda das características próprias dos sujeitos, uma vez que estes são vistos como membros de uma bolha e ficam presos às características específicas dessas “tribos” (O’Neil, 2020, p. 150).

Nesse sentido, o conteúdo entregue aos usuários é o conteúdo de interesse. Uma pessoa que gosta de finanças irá receber conteúdo de finanças enquanto outra que gosta de cozinhar irá receber conteúdo de receitas. Entretanto, o conteúdo só é entregue se é lucrativo para a plataforma, isto é, depende do público atingido. O’Neil (2020, p. 168) observa que os conteúdos das redes sociais passam a ser propriedade da plataforma assim que são publicados, visto que o algoritmo julga como o usar da melhor forma possível. O criador, então, passa a não ter controle de como ou para quem sua postagem/vídeo será entregue. Assim, alguns comentários ganham mais destaque que outros por se mostrarem mais lucrativos, esvaziando-se o significado real ou político deles em prol do valor que estas geram.

Agrupadas em bolhas, as pessoas passam a acreditar que a plataforma é apenas uma gerenciadora neutra de interesses. Entretanto, as redes sociais, por meio da gestão de postagens, conseguem alterar o humor e a opinião dos seus usuários. O’Neil (2020, p. 172), ao analisar um teste de indicação de postagens felizes e tristes feito pelo Facebook, reparou que as pessoas que tinham recebido posts felizes tinham produzido menos conteúdos tristes e vice-versa, indicando que o conteúdo que o algoritmo entrega molda a forma de agir e pensar dos usuários das redes. Outro exemplo apontado pela autora foi a campanha “Eu votei” organizada pelo Facebook, que aumentou a participação em 340 mil pessoas, uma multidão “grande o bastante para fazer virar estados inteiros, e até eleições nacionais” (O’Neil, 2020, p. 169-170), ação que denota um caráter mais político.

Sob o viés de que a infraestrutura digital foi feita de forma a maximizar o lucro por meio de anúncios, há o incentivo da viralização de conteúdos sensacionalistas sem considerar sua veracidade, visto que esses possuem maior repercussão nas redes. Com isso, há a maior disseminação das chamadas *fake news*. Morozov (2018, p. 191) observa a velocidade e a facilidade da disseminação dessas notícias sob a ótica de que o capitalismo digital faz com que seja extremamente rentável produzir e compartilhar narrativas falsas que atraem cliques.

Nesse sentido, há a ampla disseminação de conteúdos que mostram o “vírus do desconstrutivismo”, que fomentam a narrativa de ameaça social que as reivindicações dos grupos marginalizados representam. Além disso, é possível observar diversos ataques à simples existência dessas pessoas, que são tratadas como “mau exemplo”. Em uma análise de perfis jornalísticos na rede social X (antigo *Twitter*), Pereira (2025, p. 3) observou que há uma ampla abordagem de termos como “ideologia de gênero”, “doutrinação”, “escola sem partido”, “ameaça à infância”, que suscitam o pânico moral relacionado à abordagem de pautas LGBTQIAPN+, concluindo que os perfis

jornalísticos têm aumentado a propagação de discursos de ódio e pânico moral, uma vez que “veiculam conteúdos sem problematização e contextualização crítica”.

Pereira (2025, p. 6) aponta que, por meio dessas postagens, há a construção de inimigos morais, sejam “professores progressistas, pessoas LGBTQIA+ e ativistas educacionais, que são representados como ameaças à ordem social”. Ademais, o autor observa que há a naturalização do discurso conservador por meio de “enunciados repetitivos, silenciosos ou ambíguos”, reforçando as estruturas moralizantes.

Nesse sentido, Carvalho (2020, p. 183) observa que há uma menor regulamentação estatal dos conteúdos dessas plataformas devido a dificuldades relacionadas a achar o autor, à velocidade de propagação e, especialmente, porque as redes sociais têm um caráter associado à liberdade desde o princípio, visto que se encontram independentes do aparato do Estado. Assim, há um grande embate entre o que seria censura e o que seria liberdade de expressão. Além disso, há uma certa resistência por parte das plataformas digitais em monitorar os conteúdos e aplicar as devidas sanções, uma vez que isso demanda recursos financeiros e não se trata do interesse das instituições do Vale do Silício.

As disputas despolitizadas vistas fora das redes são propiciadas nos meios virtuais, já que estes disseminam conteúdos rapidamente, além de apresentarem um tempo de resposta acelerado. É comum ver o levantamento de hashtags ou manifestações virtuais sobre determinado tema. Um exemplo emblemático disso foi a propaganda “#SomosTodosMacacos”, levantada por Neymar Jr. após o jogador Daniel Alves sofrer um ato de racismo em uma partida de futebol. A campanha teve grande alcance, mobilizando celebridades e estampando capas em canais de comunicação (Pires e Weber, 2018, p. 67).

Entretanto, após grande repercussão da campanha, foi divulgado que teria sido feita por uma agência de publicidade a pedido do pai de Neymar (Pires e Weber, 2018, p. 69). As autoras também observam que houve questionamento por parte de movimentos negros, uma vez que não se debatia a origem histórica do racismo, mesmo com toda a visibilidade para a pauta. Ao invés disso, o que se buscava eram as visualizações, que estavam dando algum retorno financeiro para seus organizadores e para a agência de publicidade. Assim, mostra-se como o ambiente das plataformas digitais propicia a despolitização de algumas pautas, visto que o foco se torna viralizar um tema e não promover um debate qualificado sobre ele. Não suficiente, esse tipo de abordagem passa como “lacração” pelos setores mais conservadores, perdendo-se de vista a crítica relacionada às fontes materiais da desigualdade e fomentando a separação da população, que deixa de se reconhecer como superexplorada e passa a atacar grupos minoritários.

## Conclusões

Com base em Hobsbawn, Dardot e Laval, foi analisada a construção histórica desse sistema que não representa apenas uma guinada econômica, mas sim essencialmente política. Assim, foi possível constatar a ligação entre o declínio do Estado de bem-estar social com a precarização do trabalho, o sucateamento de políticas e a fragmentação da coletividade, seja essa no âmbito social ou no âmbito do direito (a passagem do direito coletivo para o individual). Essas características tornaram-se parte da realidade material neoliberal.

Por este motivo, pelas obras dos autores Dardot, Laval, Safatle e Dunker, foi analisado o papel da subjetividade como ferramenta de despolitização e a sua influência no comportamento dos sujeitos, que se tornam totalmente responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso. Ademais, foi considerado que, no sistema neoliberal, os indivíduos são essencialmente controlados pelo medo, visto que não há perspectiva de futuro ou amparo de políticas públicas e há cada vez mais uma maior precarização do trabalho, seja nas suas condições ou nas suas relações jurídicas. Não suficiente, a moralização das pautas econômicas representa uma grande arma da despolitização no neoliberalismo. Afinal, quem nunca ouviu um cidadão comum dizer que “o Estado funciona como um chefe de família” para justificar a política de austeridade que mina cada vez mais as políticas públicas?

Nessa perspectiva de medo, concluiu-se que o papel da competitividade possui grande importância para a fragmentação dos indivíduos em grupos, fragmentação essa impulsionada pelas plataformas digitais, que, como demonstrado, separam os indivíduos em bolhas e disseminam conteúdos que impulsionam o pânico moral por matérias sensacionalistas amplamente disseminadas nessas redes devido a sua alta lucratividade. Nesse contexto, analisou-se o fenômeno recente da “cultura *woke*”, que representa uma das manifestações desse pânico moral das alas conservadoras diante do avanço das lutas empregadas por grupos que apresentam uma crítica à desigualdade social.

Por fim, concluiu-se que, diante do panorama da competitividade extrema ocasionado pela falta de recursos e do amparo social, os grupos identitários passam a competir entre si pelos poucos recursos que restam. Foi observado que há um grupo hegemônico que se considera merecedor dos recursos, enquanto há outro que representa a decadência da sociedade e ameaça aos bons costumes, ou seja, são vistos como o motivo de como a realidade material se apresenta escassa. Os grupos de trabalhadores, portanto, perdem o viés de coletividade e crítico à exploração e passam a atacar a si mesmos.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/?lang=pt&format=html>.

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. E-book.
- BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- CAMMAERTS, Bart. The abnormalisation of social justice: The ‘anti-woke culture war’ discourse in the UK. **Discourse & Society**, v. 33, n. 6, p. 730–743, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/09579265221095407>. Acesso em 12 dez. 2025.
- CARVALHO, Lucas Borges de. A democracia frustrada: fake news, política e liberdade de expressão nas redes sociais. **Internet & Sociedade**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 172-198, fev. 2020. Disponível em [https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/ilab.01.revista01\\_0214-B-arrastado-2.pdf](https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/ilab.01.revista01_0214-B-arrastado-2.pdf). Acesso em 12 dez. 2025
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GILL, Rosalind; KANAI, Akane. **Woke capitalism**. Institute of Culture and Creativity in Education (ICCE), City University of London, 2020. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/24748/>. Acesso em 06 set. 2025.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOEVELER, Rejane Carolina; CARDOSO, João Victor de Oliveira. Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 34-52, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10090152>. Acesso em 16 set. 2025.
- LAVAL, Christian. « Wokismo » ou a guerra cultural à francesa. **Geografares**. Paris, p. 1-10. 01 dez. 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/5412>. Acesso em: 05 maio 2025.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haude; SAUVÊTRE. **A escolha da guerra civil**: um outro lado do neoliberalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- O’NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Tradução de Rafael Abraham. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: **Instituto Lukács**, p. 59-80, 2012. Disponível em: [https://cristina-paniago.com.br/wp-content/uploads/Keynesianismo\\_Neoliberalismo\\_e\\_os\\_Antecedentes\\_da\\_Crise\\_do\\_Estado.pdf](https://cristina-paniago.com.br/wp-content/uploads/Keynesianismo_Neoliberalismo_e_os_Antecedentes_da_Crise_do_Estado.pdf). Acesso em 24 ago. 2025.
- PEREIRA, Rafael Rodrigues. Discursos de ódio, pânico morais e resistência digital: análise do Twitter e os desafios educacionais em tempos de conservadorismo. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 9.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 5.; LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 5., 2025. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/seminario-genero/2025/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV213\\_ID190\\_TB229\\_21042025190530.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/seminario-genero/2025/TRABALHO_COMPLETO_EV213_ID190_TB229_21042025190530.pdf). Acesso em 15 dez. 2025.
- PIRES, Fernanda Bastos; WEBER, Maria Helena. Somos Todos Macacos e todos mestiços: visibilidade e naturalização do racismo. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 58-74, set./dez. 2018. Disponível em: [https://ecopos.emnuvens.com.br/eco\\_pos/article/view/20272](https://ecopos.emnuvens.com.br/eco_pos/article/view/20272). Acesso em: 21 nov. 2025.

- PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. v. 1, p. 72-96. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Previtali/publication/350985003\\_A\\_crise\\_de\\_democracia\\_brasileira/links/66fed9d0553d245f9e49f383/A-crise-de-democracia-brasileira.pdf#page=78](https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Previtali/publication/350985003_A_crise_de_democracia_brasileira/links/66fed9d0553d245f9e49f383/A-crise-de-democracia-brasileira.pdf#page=78) . Acesso em: 12 set. 2025.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Invenções Democráticas, v. 4).
- SILVA, Marlon Silveira da. Neoliberalismo, identitarismo e coalizões políticas: das possibilidades de insurgências. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 79, p. 28-40, out./dez. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/86724>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- THATCHER, M. **Interview for Sunday Times**. [S.l.]: Margaret Thatcher Foundation, 3 maio 1981. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104475>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- THATCHER, M. **Interview for Woman's Own ("no such thing [as society]")**. [S.l.]: Margaret Thatcher Foundation, 23 set. 1987. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/%2F106689> . Acesso em: 12 nov. 2025.